

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, DE 2003**

**(MENSAGEM Nº 673/2002)**

Aprova o ato que autoriza a ACESM Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Fortaleza , Estado do Ceará.

Autora: Comissão de Ciência e Tecnologia,  
Comunicação e Informática

Relator: Deputado JOÃO PAULO GOMES DA  
SILVA

## **I- RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 839, de 24 de maio de 2002 , que autoriza a ACESM- Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Fortaleza , Estado do Ceará.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.



## II-VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, III, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

É de observar-se, como fez o Deputado Nelson Proença, Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que após a expedição do ato de autorização pelo Poder Executivo o prazo para execução do serviço de radiodifusão comunitária foi alterado para dez anos, de acordo com o que estabelece a Lei nº 10.597, de 11 de dezembro 2002.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto Decreto Legislativo nº 331, de 2003.

Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2003

Deputado JOÃO PAULO GOMES DA SILVA  
Relator